

Editorial

Da Era do Conhecimento Para a Era da Educação

A crise das bolsas de valores ainda está no ar. Conforme a teoria do caos, o movimento das asas de uma borboleta no oriente pode provocar uma ventania neste lado do planeta. Parece que isso, agora, está acontecendo no plano financeiro com os impactos das sucessivas desvalorizações nos mercados de ações dos chamados tigres asiáticos.

Diante da gravidade da crise, não faltam explicações. Pelo contrário, surgem em turbilhão, apontando em diferentes direções. Um ponto comum, porém, é que sempre têm como pano de fundo a globalização e registram que estamos enfrentando seus efeitos. A globalização é, assim, tanto uma idéia atual e corrente como uma palavra de circulação generalizada. De fato, por toda parte, nos ambientes mais informados, nos meios universitários, entre os que acompanham os noticiários, ela se tornou um tema praticamente cotidiano.

Como fenômeno, a globalização não é realmente coisa nova. Uma análise cuidadosa poderia identificá-la por trás das grandes navegações, ou, ainda antes, nos movimentos de difusão das grandes religiões. Limitados pela capacidade material de comunicação e pela tecnologia de transportes disponível em cada tempo, essas globalizações exigiram extensos períodos para se concretizarem e ficaram restritas ao espaço de um continente ou a uma vasta região. Todas, contudo, expressaram ambiciosos projetos políticos, profundas convicções religiosas ou sólidas afinidades de interesses.

O que caracteriza a globalização contemporânea é sua dependência medular do conhecimento. Estamos ingressando, para alguns, numa nova época, em que o progresso coletivo e o avanço individual ficam subordinados à identificação, seleção, produção, sistematização, interpretação, utilização, aplicação e aproveitamento de informações significativas. O que essa nova realidade revela é um mundo distinto daquele em que temos vivido até esta altura e pede, necessariamente, uma nova educação.

A Era do Conhecimento ainda não é a Era da Educação. É claro que não há conhecimento sem educação nem educação sem conhecimento. Esta afirmação, sabemos, lêira a trivialidade caso não se registre que o problema está em que a

educação que temos não está mais adequada nem perfeitamente conectada com o conhecimento de que precisamos. Tal contexto só virá à luz quando pudermos passar para um outro modo de conceber e de pôr em prática o processo educativa.

Em termos do cumprimento do objetivo educacional de preparar os brasileiros para o exercício da cidadania, consoante determina a Constituição Federal, isso significa construir um sistema e oferecer uma educação mais igualitária e, no conjunto, de melhor qualidade. Essa não é uma tarefa fácil. Talvez por isso mesmo, nos sucessivos planos de educação já aprovados desde décadas, ela tenha estado repetidamente presente.

Nesse sentido, felizmente, já foram dados largos passos com a oferta de vagas escolares em todo o território nacional, a garantia de recursos aos municípios com base no número de alunos matriculados e a progressiva implantação dos sistemas nacionais de avaliação. Com estes sistemas e com precisão cada vez maior, estão sendo localizadas as deficiências e insuficiências que contribuem para a existência de iniquidades de ordem educativa e identificados setores que requerem tratamento curricular especial ou formação mais apurada do professorado. Tais processos não vêm avançando como deveriam nem na velocidade que se requer, o que implica a adoção de novas políticas públicas, que permitam agilizar decisões e incrementar a ação o mais próximo que se possa dos próprios interessados.

Em termos do objetivo de qualificação para o trabalho, cabe recordar a constante menção à sombria perspectiva de surgir no país uma sociedade 20 / 80. Embora tenhamos, em retrospecto, uma apreciável folha de serviços no campo da formação profissional, é de todo pertinente a preocupação com a adoção de providências que levem ao emprego os que se encontram em fase de formação e de medidas que requalifiquem os que caíram nas malhas do desemprego, para que se reempreguem ou se auto-empreguem em breve.

As medidas em favor do emprego têm obtido modestos resultados, seja pela via dos contratos temporários, pela flexibilização das jornadas ou outro meio. O que é de lamentar, entretanto, é que, não obstante o ponderável volume de recursos acumulados pelo Fundo de Apoio ao Trabalhador (o FAT) ou das agências de fomento, estes raramente tenham sido alocados para um verdadeiro programa de qualificação para a atividade produtiva. Programas setoriais ou de pequenas dimensões, restritos no tempo e no espaço, imediatistas e presos a conjunturas de crise já estão sobejamente reconhecidos como soluções precárias.

Por outro lado, o tratamento separado da formação regular e da preparação para o trabalho continua apresentando problemas e fazendo crescer as reservas e

resistências. Por sorte, as autoridades na esfera educativa e laboral se deram conta das dificuldades e parecem dispostas a ensaiar alternativas que permitam as escolas, igrejas, sindicatos, organizações de todo tipo se associarem criativamente para superar os obstáculos. Aqui, também, cabe uma palavra no sentido da formação mais contínua de professores e da introdução de mecanismos de integração entre o estudo e o trabalho.

Os parágrafos acima revelam que a atual fase da globalização está impondo uma verdadeira Era da Educação. De fato, conhecimento e educação são irmãos siameses, cuja existência e subsistência requerem, hoje:

- da parte dos governantes, a aprovação de novas políticas públicas, a liderança da sua implementação e institucionalização e o controle criterioso do uso dos recursos;
- da parte dos professores, uma transformação em seus modelos de atuação e indispensáveis inovações em sua formação e desenvolvimento profissional;
- da parte dos estudantes, mais dedicação e empenho em seus estudos e maior realismo nas escolhas acadêmicas, face às condições de emprego;
- da parte das empresas e entidades sindicais, participação ativa nos processos de qualificação de longo prazo e aperfeiçoamento do trabalhador;
- da parte da sociedade, em geral, que afaste ou evite excessos em qualquer direção e assegure a presença na educação brasileira de valores éticos que tomem melhor a convivência, consolidem a democracia e permitam que cada um de nós possa gozar da necessária tranqüilidade para cumprir seus deveres.

Um Brasil de sonho? Cremos que não. Um Brasil possível? Sem dúvida. Um Brasil viável? Certamente. Só depende de nós e de nossa capacidade e habilidade para modificar uma certa cultura e dar oportunidade para que floresçam a criatividade, a solidariedade e a justiça.

Carlos Alberto Serpa de Oliveira